

Carta de Apresentação das Demonstrações Financeiras.

Em atenção ao disposto na Instrução Normativa BCB nº 236 de 17 de fevereiro de 2022 do Banco Central do Brasil, apresentamos a seguir o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito Rural de Guaçuí-CREDIGUAÇUI e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras referentes à data-base de 30 de junho de 2022.

Salientamos que as Demonstrações Financeiras com seus respectivos Relatórios foram divulgadas via publicação:

- a) no sítio da instituição no endereço eletrônico:
<https://crediguacui.com/contabilidade-2022>

Neste anexo, constam os seguintes documentos:

- Relatório da Administração.
- Balanço Patrimonial.
- Demonstração de Sobras ou Perdas.
- Demonstração dos Resultados Abrangentes.
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.
- Demonstrações dos Fluxos de Caixa.
- Notas Explicativas.

TERMO DECLARATÓRIO: É de total responsabilidade da administração da Cooperativa de Crédito Rural de Guaçuí-CREDIGUAÇUI o conteúdo dos documentos contidos neste arquivo.

Guaçuí-(ES), 02 de setembro de 2022.

Renato Caiado Casotti
Diretor Presidente e
Responsável p/Área Contábil

Rogério Carlos Faria
CRC-ES-011250/0-1
CPF: 031.184.637-83

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados:

O primeiro semestre continuou sendo impactado por um cenário conturbado, diante das imprevisibilidades surgidas em escala global.

Período que tivemos um ciclo de elevação da taxa SELIC, que chegou à 13,25% em junho/2022.

Mesmo com as dificuldades impostas, encerrou o semestre com um resultado antes das participações de **R\$ 166.657,97**, e patrimônio líquido de **R\$ 8.582.036,79**.

POLÍTICA DE CONFORMIDADE E PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO E COMBATE AO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO

Em atendimento às políticas do órgão regulador a CREDIGUAÇUI tem aprimorado continuamente seus sistemas de controles internos para atendimento dos normativos legais.

Monitoramento, seleção e análise de operações com o objetivo de identificar e dispensar especial atenção às suspeitas de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo.

GERENCIAMENTO DE CAPITAL, DE RISCOS E LIMITES OPERACIONAIS

O gerenciamento de capital consiste em monitorar e controlar o capital mínimo que deve ser mantido pela CREDIGUAÇUI, definido pelo Banco Central do Brasil, compatível com os riscos a que está exposta, considerando os objetivos estratégicos e o nível de atividades financeiras demandadas pelos associados em consonância com as boas práticas de mercado.

A gestão de risco é considerada estratégica pela administração da Crediguaçuí:

1. Risco de Crédito:

- a) Para a mitigação do risco de crédito a CREDIGUAÇUI mantém atuante o seu Comitê de Crédito, com definições de alçadas.
- b) A provisão para o risco de crédito é feita com base na classificação de risco definida pelos normativos.

2. Risco de Mercado:

O gerenciamento do risco de mercado é realizado pelo Conselho Administração.

3. Risco de Liquidez:

O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pelo Conselho de Administração, mantendo adequado o controle do fluxo de caixa compatível com a captação de recursos de depósitos e a correspondente aplicação nas linhas de crédito.

4. Risco Socioambiental:

A Resolução CMN 4.327 de 25/04/2014, define o Risco socioambiental como a “possibilidade de perdas decorrentes de danos socioambientais”. Com o objetivo de minimizar a exposição a estes riscos, bem como seus impactos financeiros e na reputação da Cooperativa.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

5. Risco e Limites Operacionais:

Com relação aos limites operacionais - índice de Basileia e limite de imobilização, a CREDIGUAÇUI está enquadrada nos normativos do órgão regulador.

6. Gerenciamento de Capital e Gestão de Risco:

Tanto o gerenciamento de capital como a gestão de risco são analisadas pelo Conselho de Administração para apreciação e validação das ações adotadas e de seus resultados.

Conselho de Administração e Diretoria

NOMINATA DOS CONSELHOS

DIRETORIA EXECUTIVA MANDATO 2019/2023

Diretor Presidente Renato Caiado Casotti
Diretor Administrativo Jorge Guedes da Silva
Diretor Financeiro..... Gilson Costa de Oliveira

Conselheiro(s)

Agenor Luiz Ferraz Thomé
Alcenir Tadeu de Paula
Christiany Fitaroni P. de Azevedo

CONSELHEIROS FISCAL - MANDATO ATÉ A.G.O. DE 2022

Efetivos:

José Adilson de Assis
Leonardo Rodrigues Couzi
Sebastião José de Azevedo

Suplentes:

Rodrigo Ferreira da Fonseca
Sérgio Augusto Marques Castro
Túlius Marcus Túlio

Colaboradores:

Rogério Carlos Faria - Gerente Administrativo
Nilson Valentim Sanglard - Encarregado de Produtos e Serviços
William Pires Nunes - Caixa
Erivelto de Melo Maia - Assistente Administrativo
Rosana Maria de Souza Cabral Faria - Assistente Administrativa
Igor Dias Campos Crisi - Auxiliar Administrativo
Tatiana de Sousa Madeira - Auxiliar Administrativa
Aparecida Dascani Chevi - Servente de Limpeza
Mario José Tiradentes Areal Lima - Auxiliar Administrativo
Gabriel Gonçalves de Assis Vieira - Menor Aprendiz

A Ouvidoria atende às manifestações recebidas por meio do sistema de Ouvidoria da PRODAF, atendimento via DDG 0800 283 3064.

Agradecimentos: Agradecemos aos nossos associados pela escolha da CREDIGUAÇUI, aos conselheiros pelo apoio e confiança, bem como aos nossos colaboradores e prestadores de serviços pela dedicação.

Guaçuí-(ES), 30 de junho de 2022.

Renato Caiado Casotti
Diretor Presidente e
Responsável p/Área Contábil

Rogério Carlos Faria
CRC-ES-011250/0-1
CPF: 031.184.637-83

COOPERATIVA DE CREDITO RURAL DE GUAÇUI

CNPJ: 32.422.628/0001-71

BALANÇO PATRIMONIAL

DATA BASE: 30/06/2022

	NOTAS	30/06/2022	31/12/2021
A T I V O		15.054.944,84	14.921.707,10
Circulante		14.675.250,12	14.457.634,06
Caixa e Equivalentes de Caixa		514.075,41	211.168,87
Disponibilidades		514.075,41	211.168,87
Instrumentos Financeiros	4	9.653.991,69	9.487.135,23
Títulos e Valores Mobiliários		9.653.991,69	9.487.135,23
Relações Interdependências		0,00	0,00
Operações de Crédito	5	3.961.247,13	4.208.342,74
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		4.774.861,90	4.971.854,03
(-) Provisão para Operações de Empréstimos e Direitos		813.614,77	763.511,29
Creditórios			
Outros Créditos	6	2.824,15	7.875,48
Diversos		2.824,15	7.875,48
Outros Valores e Bens	7	543.111,74	543.111,74
Outros Valores e Bens		543.111,74	543.111,74
Não Circulante		379.694,72	464.073,04
Realizável a Longo Prazo		135.822,28	202.120,73
Operações de Crédito	5	135.822,28	202.120,73
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		144.102,81	212.094,04
(-) Provisão para Operações de Empréstimos e Direitos		8.280,53	9.973,31
Creditórios			
Imobilizado de Uso	8	243.872,44	261.952,31
Imobilizado de Uso		947.251,66	947.251,66
(-) Depreciação Acumulada do Imobilizado		703.379,22	685.299,35
Intangível	9	0,00	0,00
Intangível		3.550,00	3.550,00
(-) Amortização Acumulada dos Ativos Intangíveis		3.550,00	3.550,00
TOTAL DO ATIVO		15.054.944,84	14.921.707,10

COOPERATIVA DE CREDITO RURAL DE GUAÇUI

CNPJ: 32.422.628/0001-71

BALANÇO PATRIMONIAL

DATA BASE: 30/06/2022

	NOTAS	30/06/2022	31/12/2021
P A S S I V O		15.054.944,84	14.921.707,10
Circulante		6.472.908,05	6.556.475,09
Depósitos		5.517.647,24	5.408.662,22
Depósitos À Vista	10	2.099.262,80	1.904.843,46
Depósitos À Prazo	11	3.418.384,44	3.503.818,76
Relações Interfinanceiras	12	108,27	177,52
Obrigações Junto a Participantes de Sistema de Liquidação e de Arranjo de Pagamento		108,27	177,52
Obrigações Por Empréstimos e Repasses		0,00	0,00
Outras Obrigações	13/14	955.152,54	1.147.635,35
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		9.392,64	11.343,36
Sociais e Estatutárias		663.440,39	643.133,95
Obrigações Fiscais e Previdenciárias		59.326,91	65.794,92
Diversas		222.992,60	427.363,12
P A T R I M Ô N I O L Í Q U I D O	15	8.582.036,79	8.365.232,01
Capital Social	15 (a)	1.842.200,65	1.792.053,84
Capital de Domiciliados no País		1.842.200,65	1.792.053,84
Reserva Legal	15 (b)	6.573.178,17	6.441.269,53
Fundo de Reserva		6.573.178,17	6.441.269,53
Sobras ou Perdas Acumuladas	15 (c)	166.657,97	131.908,64
Sobras ou Perdas		166.657,97	131.908,64
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		15.054.944,84	14.921.707,10

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Renato Caiado Casotti
Diretor Presidente e
Responsável p/Área Contábil

Rogério Carlos Faria
CRC-ES-011250/0-1
CPF: 031.184.637-83

COOPERATIVA DE CREDITO RURAL DE GUAÇUI

CNPJ: 32.422.628/0001-71

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS

DATA BASE: 30/06/2022

DISCRIMINAÇÃO	30/06/2022	30/06/2021
10 Receitas Operacionais - Nota 18(a)	1.421.485,55	916.967,15
711 - Operacoes de Crédito	983.240,77	808.244,33
715 - Resultado de Operações Com Títulos e Valores Mobiliários	438.244,78	108.722,82
15 Despesas da Intermediação Financeira - Nota 18(b)	-316.380,45	-77.807,85
812 - Operacoes de Captação no Mercado	-181.000,71	-61.704,33
820 - Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	-135.379,74	-16.103,52
20 Resultado Bruto da Intermediação Financeira (10 - 15)	1.105.105,10	839.159,30
50 Outras Receitas/Despesas Operacionais	-938.447,13	-815.178,66
721 - Receitas de Prestação de Servicos - Nota 19 (a)	139.971,13	119.547,01
822 - Despesas de Pessoal - Nota 19 (b)	-591.761,28	-565.673,38
824 - Outras Despesas Administrativas - Nota 19 (c)	-373.027,84	-331.376,29
826 - Despesas Tributárias - Nota 19 (d)	-9.600,89	-10.891,18
725 - Outras Receitas Operacionais - Nota 19 (e)	8.147,17	0,14
832 - Outras Despesas Operacionais - Nota 19 (f)	-112.175,42	-26.784,96
60 Resultado Operacional (20 + 50)	166.657,97	23.980,64
65 Resultado Não Operacional (828 e 830)	0,00	4.913,80
75 Resultado Antes da Tributação Sobre O Lucro e Participações (60 + 65)	166.657,97	28.894,44
90 Lucro Líquido (Prejuízo) (75 - 80 - 85)	166.657,97	28.894,44

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Renato Caiado Casotti
Diretor Presidente e
Responsável p/Área Contábil

Rogério Carlos Faria
CRC-ES-011250/0-1
CPF: 031.184.637-83

COOPERATIVA DE CREDITO RURAL DE GUAÇUI

CNPJ: 32.422.628/0001-71

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

DATA BASE: 30/06/2022

DISCRIMINAÇÃO	30/06/2022	30/06/2021
Sobras (Perdas) Liquidadas dos Semestres	166.657,97	28.894,44

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Renato Caiado Casotti
Diretor Presidente e
Responsável p/Área Contábil

Rogério Carlos Faria
CRC-ES-011250/0-1
CPF: 031.184.637-83

	Reserva de Lucros				Sobras e Perdas		Total
	Capital Social	Legal	Contingências	Expansão			
Saldo Em: 01/01/2022	1.792.053,84	6.441.269,53	0,00	0,00	131.908,64	8.365.232,01	
Integralização de Capital	68.563,04	0,00	0,00	0,00	0,00	68.563,04	
Juros ao Capital	69.788,36	0,00	0,00	0,00	0,00	69.788,36	
Restituições/Transf.P/CEA	(88.204,59)	0,00	0,00	0,00	0,00	(88.204,59)	
Reserva Legal	0,00	131.908,64	0,00	0,00	0,00	131.908,64	
Sobras ou Perdas Acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00	166.657,97	166.657,97	
Sobras ou Perdas	0,00	0,00	0,00	0,00	(131.908,64)	(131.908,64)	
Saldo Em: 30/06/2022	1.842.200,65	6.573.178,17	0,00	0,00	166.657,97	8.582.036,79	
Mutação do Semestre	50.146,81	131.908,64	0,00	0,00	34.749,33	216.804,78	

Saldo Em: 01/01/2021	1.774.597,02	6.235.835,34	0,00	0,00	109.500,63	8.119.932,99
Integralização de Capital	42.674,42	0,00	0,00	0,00	0,00	42.674,42
Juros ao Capital	49.306,62	0,00	0,00	0,00	0,00	49.306,62
Restituições/Transf.P/CEA	(22.460,11)	0,00	0,00	0,00	0,00	(22.460,11)
Reserva Legal	0,00	109.500,63	0,00	0,00	0,00	109.500,63
Sobras ou Perdas Acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00	28.894,44	28.894,44
Sobras ou Perdas	0,00	0,00	0,00	0,00	(109.500,63)	(109.500,63)
Saldo Em: 30/06/2021	1.844.117,95	6.345.335,97	0,00	0,00	28.894,44	8.218.348,36
Mutação do Semestre	69.520,93	109.500,63	0,00	0,00	(80.606,19)	98.415,37

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Renato Caiado Casotti
 Diretor Presidente e
 Responsável p/Área Contábil

Rogério Carlos Faria
 CRC-ES-011250/0-1
 CPF: 031.184.637-83

COOPERATIVA DE CREDITO RURAL DE GUAÇUI

CNPJ: 32.422.628/0001-71

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

DATA BASE: 30/06/2022

DISCRIMINAÇÃO	30/06/2022	30/06/2021
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Sobras (Perdas) Liquidadas dos Semestres	166.657,97	28.894,44
Ajustes		
Depreciações e Amortizações	18.079,87	22.162,31
Sobras ou (Perdas) dos Semestres	184.737,84	51.056,75
(Aumento)/Diminuição em Ativos Operacionais		
Título Valores Mobiliários	-166.856,46	423.625,96
Relações Interfinanceiras	0,00	-795,00
Operações de Crédito	313.394,06	-1.253.331,20
Outros Créditos	5.051,33	4.469,43
Aumento/(Diminuição) em Passivos Operacionais		
Depósitos	108.985,02	857.504,62
Relações Interfinanceiras	-69,25	-702,42
Outras Obrigações	-192.482,81	-310.716,31
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades Operações	252.759,73	-228.888,17
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Capital Social	50.146,81	69.520,93
Reserva de Expansão	131.908,64	109.500,63
Transferência Conforme Ago	-131.908,64	-109.500,63
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamento	50.146,81	69.520,93
Aumento/(Diminuição) de Caixa e Equivalente de Caixa	302.906,54	-159.367,24
Modificações em de Caixa e Equivalentes de Caixa Líquidas		
No Início do Período	-211.168,87	-782.812,62
No Fim do Período	-514.075,41	-623.445,38

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Renato Caiado Casotti
Diretor Presidente e
Responsável p/Área Contábil

Rogério Carlos Faria
CRC-ES-011250/0-1
CPF: 031.184.637-83

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS
EXERCÍCIOS FIMDOS**

Período: Junho de 2021 e Junho de 2022
(Valores em reais)

1. Contexto operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE GUAÇUÍ-CREDIGUAÇUÍ**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 20/04/1989. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/15, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

A CREDIGUAÇUÍ tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- I- proporcionar assistência financeira a seus associados, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito, visando o aumento da eficiência, eficácia e efetividade das atividades dos associados e a melhoria da sua qualidade de vida;
- II- o desenvolvimento de programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços;
- III- o desenvolvimento de programas de educação cooperativista, visando o fortalecimento dos princípios e valores do cooperativismo.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidades da Administração da Cooperativa e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consideradas as alterações exigidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, bem como apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Consideram ainda, no que for julgado pertinente e relevante, os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (CPC), aprovados pelo Banco Central até o momento. Desta forma, as demonstrações contábeis foram revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração, em sua reunião datada de 02/09/2022.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos e dispêndios são registrados de acordo com o regime de competência. As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério "pro-rata temporis" e calculados com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método linear. As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas são reconhecidas na demonstração de sobras em conformidade com o regime de competência. Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, incluem as rubricas "Caixa", "Depósitos Bancários", bem como "Aplicações Interfinanceiras de Liquidez" e "Títulos e Valores Mobiliários", de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e equivalente de caixa compreendem:

DESCRIÇÃO	30/06/2022	31/12/2021
Caixa e depósitos bancários	514.075,41	211.168,87
TOTAL	514.075,41	211.168,87

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

A Resolução CMN nº 2.682/99 introduziu os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

g) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

h) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

i) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

j) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

k) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

l) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação.

m) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

n) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Em 30 de junho de 2022, não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

o) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2022.

4. Títulos e valores mobiliários

DESCRIÇÃO	30/06/2022	31/12/2021
Depósitos a Prazo	53.831,37	51.072,69
Títulos de Capitalização BB S/A	170.000,00	170.000,00
Cotas de Fundos de Investimento	9.430.160,32	9.266.062,54
TOTAL	9.653.991,69	9.487.135,23

5. Operações de crédito

a) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999:

NÍVEL DE RISCO	PROVISÃO %	30/06/2022				31/12/2021			
		VINCENDAS	VENCIDAS	TOTAL	PROVISÃO	VINCENDAS	VENCIDAS	TOTAL	PROVISÃO
AA	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A	0,50	2.332.968,36	0,00	2.332.968,36	11.664,85	2.859.776,57	0,00	2.859.776,57	14.298,89
B	1	582.094,41	2.074,43	584.168,84	5.841,70	435.099,24	21.908,18	457.007,42	4.570,08
C	3	542.453,58	132.353,89	674.807,47	20.244,23	618.304,48	108.935,55	727.240,03	21.817,21
D	10	373.008,69	0,00	373.008,69	37.300,88	373.196,81	5.039,03	378.235,84	37.823,58
E	30	240.954,79	0,00	240.954,79	72.286,45	24.177,37	12.372,51	36.549,88	10.964,96
F	50	60.102,53	15.886,55	75.989,08	37.994,54	21.805,95	0,00	21.805,95	10.902,98
G	70	1.682,80	0,00	1.682,80	1.177,97	99.989,99	761,61	100.751,60	70.526,12
H	100	562.536,94	72.847,74	635.384,68	635.384,68	496.034,42	106.546,36	602.580,78	602.580,78
Total		4.695.802,10	223.162,61	4.918.964,71	821.895,30	4.928.384,83	255.563,24	5.183.948,07	773.484,60

b) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

DESCRIÇÃO	30/06/2022	31/12/2021
A vencer acima 360 dias	144.102,81	212.094,04
A vencer entre 91 e 360 dias	1.583.238,89	1.468.816,13
A vencer até 90 dias	2.950.307,22	3.177.902,83
Vencidas (a partir de 15 dias)	98.170,55	154.977,69
Vencidas (de 1 a 14 dias)	143.145,24	170.157,38
TOTAL	4.918.964,71	5.183.948,07

c) Composição da carteira de crédito por tipo de produto:

DESCRIÇÃO	30/06/2022	31/12/2021
Adiantamento a depositantes	44.452,17	78.782,28
Empréstimos em conta corrente/Cheque especial	1.363.784,14	1.413.678,55
Empréstimos	3.359.257,81	3.430.151,24
Títulos Descontados	563.711,37	606.743,29
(-) Rendas a apropriar	-412.240,78	-345.407,29
Total antes da Provisão	4.918.964,71	5.183.948,07
(-) Provisões para operações de crédito	-821.895,30	-773.484,60
TOTAL	4.097.069,41	4.410.463,47

d) PCLD - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa de operações de crédito:

DESCRIÇÃO	30/06/2022	31/12/2021
PCLD-Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-821.895,30	-773.484,60
TOTAL	-821.895,30	-773.484,60

e) Concentração dos Principais Devedores:

MAIORES DEVEDORES	30/06/2022	Carteira	PL	31/12/2021	Carteira	PL
	VALOR	%	%	VALOR	%	%
10 Maiores	1.922.138,24	39,09	22,40	1.970.869,99	38,02	23,56
20 Maiores	2.846.842,82	57,90	33,18	3.011.676,67	58,10	36,01
40 Maiores	3.926.079,67	79,86	45,77	4.027.285,17	77,68	48,14

f) Créditos Baixados como Prejuízo, Recuperados:

DESCRIÇÃO	30/06/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	2.547.519,55	2.667.251,84
Valor das op. recuperadas no período	-7.503,89	-196.947,49
Valor das op. baixadas no período	86.969,04	100.075,98
Valor das correções baixadas	0,00	-22.860,78
Saldo no final do exercício	2.626.984,70	2.547.519,55

6. Outros créditos

DESCRIÇÃO	30/06/2022	31/12/2021
Adiantamentos de Férias (a)	0,00	5.632,90
Adiantamentos para viagens (b)	1.500,00	1.000,00
Impostos e contribuições a compensar (c)	1.324,15	1.242,58
Total	2.824,15	7.875,48

(a) Valores referentes a adiantamentos de férias.

(b) Valores referentes a adiantamentos de despesas para viagens.

(c) Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa ou contas a classificar.

7. Outros Valores e bens

DESCRIÇÃO	30/06/2022	31/12/2021
Bens Não de Uso Próprio	543.111,74	543.111,74

Os Bens Não de Uso Próprio, referem-se, a bens recebidos em dação de pagamento de dívidas, decorrentes de operações de crédito, registrados contabilmente pelo valor de custo, não estão sujeitos a depreciação ou correção.

8. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

30/06/2022					31/12/2021
Descrição	Taxa Anual de Depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizações em Curso		0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos		14.000,00	0,00	14.000,00	14.000,00
Edificações	4%	461.178,71	-282.675,87	178.502,84	187.695,92
Instalações	10%	47.922,63	-47.797,77	124,86	274,80
Móveis e Equipamentos	10%	133.062,32	-98.247,78	34.814,54	37.498,10
Sistema de Comunicação	10%	3.736,93	-3.736,93	0,00	0,00
Sistema de process.de dados	20%	215.372,05	-207.381,57	7.990,48	9.871,90
Sistema de segurança	10%	12.206,02	-8.684,12	3.521,90	3.965,66
Sistema de transporte	20%	59.773,00	-54.855,18	4.917,82	8.645,93
Total		947.251,66	703.379,22	243.872,44	261.952,31

9. Intangível

30/06/2022					31/12/2021
Descrição	Taxa anual Amortização	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Outros Ativos Intangíveis	20%	3.550,00	-3.550,00	0,00	0,00
TOTAL		3.550,00	-3.550,00	0,00	0,00

10. Depósitos à vista

30/06/2022	31/12/2021
2.099.262,80	1.904.843,46

Os depósitos à vista não são remunerados.

11. Depósitos a prazo

30/06/2022	31/12/2021
3.418.384,44	3.503.818,76

Os depósitos a prazo são remunerados conforme contrato.

12. Relações Interfinanceiras

30/06/2022	31/12/2021
108,27	177,52

Recebimentos remetidos ao serviço de compensação.

13. Obrigações sociais e estatutárias

DESCRIÇÃO	30/06/2022	31/12/2021
Juros ao Capital (a)	109.915,64	87.244,69
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (b)	325.088,47	325.715,47
Cotas de capital a pagar (c)	228.436,28	230.173,79
TOTAL	663.440,39	643.133,95

(a) Provisão de juros ao capital conforme estabelecido pela Lei Complementar 130/09;

(b) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído por 5% das sobras apuradas, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF;

(c) Valores correspondentes a cotas de capital a pagar de ex.associados.

14. Outras obrigações – Diversas

DESCRIÇÃO	30/06/2022	31/12/2021
Cobrança/Arrec. de Trib. e Assemelhados	9.392,64	11.343,36
IOF a Recolher (a)	9.392,64	11.343,36
Fiscais e Previdenciárias	59.326,91	65.794,92
Impostos e Contribuições a Recolher s/Serviços de Terceiros (b)	953,54	1.978,62
Impostos e Contribuições s/salários (c)	29.323,47	33.320,00
Outros (d)	29.049,90	30.496,30
Diversas	222.992,60	427.363,12
Cheques Administrativos (e)	0,00	233.000,00
Provisão de pagamentos a efetuar (f)	120.185,06	103.509,37
Credores diversos (g)	102.807,54	90.853,75
TOTAL	291.712,15	504.501,40

- a) Refere-se, a IOF a recolher s/operações de Crédito e Títulos e Valores Mobiliários;
- b) Refere-se a IRRF, ISS e CSLL/COFINS/PIS– LEI 10833 s/serviços de terceiros;
- c) Refere-se a Impostos e Contribuições s/Salários, IRRF, INSS, FGTS e PIS;
- d) Refere-se, basicamente ao grupo impostos e contribuições a recolher, com maior destaque para o IRRF sobre correção de aplicação, ISS e ao Pis – Receita Operacional;
- e) Refere-se a cheque administrativo;
- f) Refere-se a provisão para pagamento de pessoal, obrigações trabalhistas, e encargos incidentes sobre as obrigações, R\$ 111.400,57 provisão de outras despesas administrativas como comunicações, segurança e vigilância e internet, R\$ 8.784,49.
- g) Refere-se, basicamente, a pendências, seguros, contas e depósitos a classificar.

O art. 30 da Lei nº 11.051/04, determinou a isenção do PIS e COFINS sobre as receitas dos atos cooperativos das cooperativas de crédito, somente entrou em vigor 90 dias após a sua publicação, não tendo efeito retroativo, até então os valores correspondentes ao PIS estão aprovacionados no período de novembro de 1999 à fevereiro de 2005.

Quanto aos valores aprovacionados até então, foi aconselhado conforme parecer discriminado abaixo, que os mantivessem na respectiva conta de provisão até uma decisão judicial sobre os mandados judiciais impetrados objetivando suspender a exigibilidade dos créditos:

Mandado de Segurança nº 2004.51.01.007376-3, referente ao PIS; (Impetrado na 29ª Vara do Rio de Janeiro-RJ)

Pis 27.416,47
(Parecer OCB/ES - SESCOOP/ES, nº 03/2005, de 13.01.2005)

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

30/06/2022	31/12/2021
1.842.200,65	1.792.053,84

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

O capital social está representado pela participação de 712 (setecentos e doze) associados, atingindo o montante de R\$ 1.842.200,65 (Um milhão, oitocentos e quarenta e dois mil, duzentos reais e sessenta e cinco centavos).

b) Reserva legal e estatutárias

DESCRIÇÃO	30/06/2022	31/12/2021
Reserva Legal	6.573.178,17	6.441.269,53
Total	6.573.178,17	6.441.269,53

Reserva legal: representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 40%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71.

d) Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social da cooperativa e a Lei nº 5.764/71, as sobras líquidas do exercício terão a seguinte destinação:

DESCRIÇÃO	30/06/2022	31/12/2021
Sobras líquidas, do exercício/semestre	166.657,97	239.833,89
Lucro líquido decorrente de ato não cooperativos destinado ao FATES	0,00	0,00
Sobras líquidas, base de cálculo das destinações	166.657,97	239.833,89
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 40%	0,00	-95.933,56
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	0,00	-11.991,69
Sobras do exercício/semestre	166.657,97	131.908,64

A Reserva legal destina-se a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades;

O Fundo de assistência técnica, educacional e social (FATES) é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa; e

Os resultados decorrentes de atos não cooperativos são destinados ao FATES.

16. Provisão de juros ao capital

A Cooperativa vem provisionando juros ao capital, com a expectativa de remunerar o capital do cooperado. Os critérios para a provisão obedeceram a Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração é limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. E somente serão creditados por deliberação da Assembleia Geral Ordinária, a quem caberá estabelecer o percentual.

17. Partes relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas:

- a) Membros Estatutários: na Assembleia Geral Ordinária que elege o Conselho de Administração e Fiscal e é definida a remuneração dos mesmos.
- b) Membros Contratuais: o Conselho de Administração é responsável pela contratação dos Executivos, Gerentes e Assessores.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, alienação fiduciária e caução.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central.

As Operações Ativas e Passivas com membros estatutários e contratuais e contra partes conectadas, na forma de depósitos, operações de crédito, capital social e outros serviços, são realizadas nas mesmas condições praticadas pelos demais associados da cooperativa:

a) Operações de Crédito

NATUREZA DO RELACIONAMENTO	30/06/2022	30/06/2021
	Saldos	
Operações de Crédito	158.753,26	167.756,28
Provisões de Operações de Crédito	-793,76	-2.710,61
Contas de Depósitos	517.865,80	729.616,09
Capital Social	131.705,69	122.501,47

b) Remuneração (Pro Labore e Cédulas de Presença)

DESCRIÇÃO	30/06/2022	30/06/2021
Conselho Fiscal	14.940,00	14.940,00
Conselho de Administração	139.740,00	139.740,00
Encargos Sociais (Pagos pela Cooperativa)	30.936,00	30.936,00

Remuneração (Pro Labore e Cédulas de Presença) Conselhos Administrativo e Fiscal. Pagos no Exercício.

18. Receitas e Despesas da Intermediação Financeira

a) Receitas da Intermediação Financeira

DESCRIÇÃO	30/06/2022	30/06/2021
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	91.231,17	57.623,25
Rendas de Empréstimos	884.505,71	678.174,62
Rendas com Títulos e Valores Mobiliários	438.244,78	108.722,82
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	7.503,89	72.446,46
Total	1.421.485,55	916.967,15

b) Despesas da Intermediação Financeira

DESCRIÇÃO	30/06/2022	30/06/2021
Despesas de Depósitos a Prazo	-176.794,62	-56.551,16
Despesas Contrib.Fundo Garant.de Créditos	-4.206,09	-5.153,17
Provisão para Crédito de Liq.Duvidosa	-135.379,74	-16.103,52
Total	-316.380,45	-77.807,85

19. Outras Receitas e Despesas Operacionais

a) Rendas de Prestação de Serviços

DESCRIÇÃO	30/06/2022	30/06/2021
Tarifas Bancárias	139.971,13	119.547,01
Total	139.971,13	119.547,01

b) Despesas de Pessoal

DESCRIÇÃO	30/06/2022	30/06/2021
Honorários	-154.680,00	-154.680,00
Benefícios	-59.618,57	-58.558,71
Encargos Sociais	-117.861,78	-111.243,33
Proventos	-259.070,65	-240.700,60
Estagiários	-530,28	-490,74
Total	-591.761,28	-565.673,38

c) Outras Despesas Administrativas

DESCRIÇÃO	30/06/2022	30/06/2021
Água, Energia e Gás	-10.046,57	-8.032,39
Aluguéis	-800,00	-720,00
Comunicações	-10.304,34	-9.388,85
Manutenção e Conservação de Bens	-2.860,00	-0,00
Materiais	-1.655,38	-341,24
Processamento de Dados	-80.293,00	-69.757,30
Promoções e Relações Públicas	-10.820,41	-2.746,80
Propaganda e Publicidade	-11.216,90	-1.540,00
Publicações	-4.000,00	-4.000,00
Seguros	-1.368,60	-348,24
Serviços do Sistema Financeiro	-64.870,27	-55.790,87
Serviços de Terceiros	-17.287,37	-18.503,48
Vigilância e Segurança	-42.723,18	-38.694,45
Serviços Tec.Especializados	-38.400,38	-35.500,33
Transporte	-8.955,15	-3.635,92
Viagem	-2.221,66	-1.870,58
Outras Despesas Administrativas	-65.204,63	-80.505,84
Total	-373.027,84	-331.376,29

d) Despesas Tributárias

DESCRIÇÃO	30/06/2022	30/06/2021
Tributárias	-9.600,89	-10.891,18
Total	-9.600,89	-10.891,18

e) Outras Receitas Operacionais

DESCRIÇÃO	30/06/2022	30/06/2021
Outras	8.147,17	0,14
Total	8.147,17	0,14

f) Outras Despesas Operacionais

DESCRIÇÃO	30/06/2022	30/06/2021
Desconto em Operações de Crédito	-2.259,78	-1.369,50
Despesas de Juros ao Capital	-109.915,64	-25.415,46
Outras	-0,00	-0,00
Total	-112.175,42	-26.784,96

20. Índice de Basiléia

O Patrimônio de Referência (PR) da Cooperativa encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, apresentando margem para o limite de compatibilização de **R\$ 6.049.194,53** em 30 de junho de 2022.

A Administração julga adequado o atual nível do Índice de Basiléia que é de 57,60%, calculado com base no regime prudencial simplificado, apresentado de acordo com a legislação em vigor.

21. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguro patrimonial, cuja cobertura no valor total de **R\$ 725.000,00** é considerada suficiente pela Administração e pela Porto Seguro, agente segurador, para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Guaçuí-(ES), 30 de junho de 2022.

Renato Caiado Casotti
Diretor Presidente e
Responsável p/Área Contábil

Rogério Carlos Faria
CRC-ES-011250/0-1
CPF: 031.184.637-83